

A EXTRAÇÃO DO JABORANDI POR CAMPONESES E AS PLANTAÇÕES ORGANIZADAS PELA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Benjamin Alvino de Mesquita¹

O trabalho analisa a atividade extrativista do jaborandi (uma planta medicinal) conduzida por camponeses e indígenas há mais de meio século no Maranhão, e a forma de organização da produção feita pela indústria farmacêutica. Mostra a importância que tem (teve) a produção familiar na oferta do produto e os problemas que surgem com a devastação do meio ambiente. -e da entrada de uma grande empresa na produção. A ação governamental (entre 70/80) direcionada a atividades predatórias do *habitat* do jaborandi (pecuária de corte, extração de madeira e produção de carvão) qualifica-se como maior responsável, pela desarticulação da atividade no Estado. Somado a uma inexistência de uma política pública para estes camponeses torna sua situação hoje ainda mais dramática.

I - INTRODUÇÃO

O Jaborandi é uma planta medicinal há muito conhecida do indígena pelo nome de Ka e pelos seus efeitos sudoríferos naqueles que a utilizam como remédio. Ela é originária da América do Sul sendo que no Maranhão ela se reproduz com facilidade em quase todas regiões do estado. Pesquisas realizadas por cientista da multinacional de medicamentos - Merck, identificaram 7 (sete) espécies e 66 (sessenta e seis) variedades dessa planta. E a espécie "pilocarpus pinnaifolius", conhecida por jaborandi do norte² que se caracteriza por ter folhas estreitas e alongadas, o tipo ideal para o cultivo em larga escala que essa empresa farmacêutica escolheu para implementar seu projeto no município maranhense de Barra do Corda no início dos anos de 1990.

¹ Economista. Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

² "• - O tupy Yaborandi é que origina o nome em português jaborandi. Nome comum a numerosas plantas reunidas nas famílias das rutáceas e das peperáceas, sobressaindo a "Rutácea Pilocarpus Pinnaüfolius". O principio ativo pilocarpina é um líquido oleoso do qual se pode obter cristais salinos. Enciclopédia Mirador, Vol. 12, p.6396.

Das folhas dessa planta medicinal são extraídas importantes drogas farmacêuticas sendo a mais cobiçada os sais de pilocarpina, principal componente para o tratamento do glaucoma. Os produtos considerados nobre do mesmo são os colírios oftalmológicos. A indústria de cosméticos, entretanto, cada dia mais se interessa também pela planta.

O interesse económico pelo jaborandi no Maranhão só se manifestou no início dos anos 50 (cinquenta), A partir daí esse produto ganhou importância principalmente na área Norte/Leste do Estado, que passa a ofertar significativas quantidades aos inúmeros compradores do produto que vinham de Parnaíba/PI, Neste período toda extração da folha era realizada pelos pequenos produtores extrativistas. Isso perdurou até os anos oitenta quando outras áreas de produção se incorporam ao processo (Centro/Oeste) e outros agentes sociais como os guajajaras, indígenas dos vales do Mearim e Pindare. passam a ser também fornecedores do produto. Mas é nos anos 90 (noventa) que este quadro da atividade extrativista se transformará radicalmente como a entrada na produção da folha em larga escala da empresa capitalista Merck.

Durante um longo período os grandes compradores de Alto Muni e Baixo Parnaíba e agentes das empresas exportadoras em particular das de Parnaíba-Estado do Piauí, não tiveram problemas de oferta em quantidade e qualidade, dado a existência de imensas áreas intocadas onde o jaborandi é coletado e repassado a estes intermediários dos exportadores. Em Parnaíba os principais eram; Pedro Machado, Roland e Marc Jaboc. e a empresa Vegetex entre outros. Em São Luís se encontrava o mais importante de toda a Merck, que enviava a produção comprada à Parnaíba, para daí ser exportada para a Alemanha via o porto de Tutóia no Maranhão.

Já na década de oitenta essa competição entre as empresas exportadoras (PI/MA/PA) quase desaparece e a oferta do produto também sofre queda por conta do processo de devastação executado ao longo das décadas passadas nas principais áreas de jaborandi. A principal causa da redução da oferta foi a destruição de matas onde havia reserva de produto para fins diversos e sobretudo pelo corte das plantas mães realizado por produtores extrativistas na época de safra, já que não recebiam nenhuma orientação dos setores, que deveriam orientá-los: governo e empresas. Nesta década de 80 outras regiões do estado do Maranhão (Centro/Oeste) e outros Estados (Pará) passam também ser importantes fortes fornecedores dessa matéria-prima.

Durante quarenta anos aproximadamente (1950-90) toda a oferta deste produto nativo Jaborandi, provinha única e exclusivamente de áreas de agricultura camponesa. Os pequenos produtores familiares executavam esta atividade associada a outras, quais sejam: (produção de alimentos básicos e a cólera do babaçu), a sua principal fonte de renda e portanto de reprodução de sua força de trabalho A indústria farmacêutica só consegue produzir e em escala comercial no início dos anos noventa. Os experimentos no sentido de dominar toda a tecnologia do processo de reprodução em grande escala, já vinham ocorrendo desde os anos 70. Primeiro no sítio Aguahin, na Ilha de São Luís, depois em 1981 em Santa Luzia

na fazenda Faisa. (ANDRADE, 1994, 192) Essa guinada do capital industrial rumo ao campo, aliada a um quadro de destruição do habitat natural do Jaborandi aumenta a situação de precariedade dos trabalhadores do agroextrativismo do jaborandi e das dificuldades hoje enfrentadas pelos segmentos do capital comercial antes hegemônico nessa região.

Conforme ver-se-á posteriormente o novo cenário se mostra bem diferenciado daquele prevalecente no início deste processo. Na década de 50 os camponeses desempenhavam um papel fundamental na oferta do produto. Com a entrada do capital industrial na área de produção, assiste-se a uma transformação radical no setor extrativista do Maranhão. Parte da oferta de matéria prima vem atualmente da própria indústria que a produz em moldes capitalista e em grande escala, embora ainda insuficiente para seu auto-abastecimento. Neste sentido a empresa continua demandando uma grande parcela importante do produto dos Camponeses, principalmente porque a qualidade do jaborandi coletado por eles é superior à daquele produzido pela empresa.

II - EXTRATIVISMO E A PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR: Aspectos Históricos

A atividade do extrativismo vegetal no Maranhão, desde os primórdios de sua ocupação, sempre esteve muito presente na dia a dia da reprodução de sua população. seja dos grupos indígenas já residentes na área ou dos colonos e missões evangelizadoras jesuítas. Durante um longo tempo cabe a essa atividade a função de gerar um excedente monetário para estes grupos, já que é somente através de suas exportações que dar-se-á o vínculo com o mercado externo, através da metrópole portuguesa ou dos contrabandistas ávidos portais produtos de fácil aceitação no mercado consumidor europeu, E os produtos mais procurados e exportados são: canela, a salsa parrilha- o cacau, frutos silvestres, etc.

Neste período o grande intermediário e organizador deste extrativismo são as missões jesuítas. Muitas delas se espalhavam pelas regiões de Baixada do Maranhão. A forma de organização da produção baseava-se no complexo sistema de rede de coleta, executado por indígenas evangelizados que serviam nas missões. Posteriormente tais produtos, antes dispersos, passavam a ser concentrados em entrepostos onde eram embalados e enviados à Europa, sem qualquer controle alfandegário por parte da coroa portuguesa-

Tai ação, teria se constituído num estopim da decisão de Pombal expulsar os Jesuítas deste área a pretexto de que os mesmos estariam usando a mão-de-obra indígena sob forma de trabalho escravo. Na verdade, essa desincompatibilização com a ordem refletia interesses econômicos internos (dos colonos ávidos em ter acesso a essa mão-de-obra lucrativa) e externos (arrecadação de impostos ao erário português)³,

A partir do último quartel do século XVIII até a liberação dos escravos, caberá a agricultura dita comercial especialmente o algodão seguido do arroz e açúcar a primazia da agricultura no Maranhão. No entanto, subjacente a grande

³ Ver (Furtado, 1969, cap. 16)

produção comercial baseada no trabalho escravo, na grande propriedade e executado em grande extensão de terra, sob forma de monocultura, sempre esteve a pequena produção camponesa conduzida por uma gama considerável de agricultores familiares (agregados, autônomo, escravos e ex-escravos entre outros), cujo papel na produção de alimentos para o abastecimento interno da colônia, foi relevante- A produção desses núcleos sociais tinham por base o trabalho familiar. O volume de produção embora individualmente inexpressível, por conta do tamanho restrito da área de plantio, em sua totalidade assume um volume importante.

Por outro lado, como o grau de monetarização dessa economia de subsistência é extremamente baixo, dado a baixa produtividade da mão-de-obra e a pouca inserção no mercado, o extrativismo junto com a caça e pesca constitui importante instrumento de complementação de renda para esses pequenos produtores familiares.

No final do século XIX com a desarticulação da *plantations* do algodão e cana-de-açúcar em todo o Estado, a pequena produção familiar abriu um caminho de crescente importância na economia do estado, já que competira a esse segmento articular a economia local ao mercado regional- nacional e internacional. O elo de ligação será a produção de alimentos em particular o arroz e o extrativismo (habaçu e jaborandi)⁴. Nas primeiras décadas do século XX a exportação ainda era modesta, mas assume peso considerável no pós II Guerra e atinge o auge nos anos setenta⁵.

III - Os grupos sociais envolvidos no extrativismo do jaborandi

A atividade agro-extrativista no mercado sempre esteve a cargo da pequena produção familiar e de povos indígenas⁵ - A primeira conduzida e constituída por migrantes nordestinos, especialmente piauienses e cearenses, é a maior responsável pelo aumento da oferta de produtos alimentícios, em particular arroz e mandioca e também pelo extrativismo do jaborandi. Ou seja cabe a este grupo social o papel relevante de suprir a mesa com estes produtos. Considerando que essa produção camponesa é conduzida por pequenas unidades familiares e que tem na família o seu núcleo de reprodução de sua força de trabalho é possível perceber sua importância em termos de oferta de produtos primários e do número de pessoas envolvidas na produção. (MESQUITA, 1996)

Pêlos dados do IBGE está ocorrendo uma queda do número de pessoas ocupadas na agricultura familiar maranhense, em 1980 os não proprietários (parceiros, arrendatários e posseiros) em termos de números de estabelecimentos representavam 87%, em 1995 caem para 67%. Mas o trabalho familiar (MNR.F) continua tendo ainda um papel relevante. Em 1980 detinham 89% do pessoal ocupado e em 1995 cai para 80%. No que se relaciona especificamente a atividade

⁴ A corrente migratória crescente no sentido nordeste (especialmente do Piauí e Ceará) para os vales úmidos do Maranhão, constitui no fator importante para o entendimento da questão referente ao crescimento da oferta destes produtos para os mercados citados.

⁵ Para uma análise criteriosa da atividade extrativa do jaborandi desenvolvida por povos indígenas. (c.f ANDRADE 1995).

do extrativismo segue a mesma tendência. Observa-se uma queda no número de estabelecimentos de 6,5% para 2% entre 1980/95. De qualquer forma em termos absoluto há um número (1995) significativo de produtores na atividade de exploração florestal e silvicultura 133.654 pessoas. Em 1980 representavam 172.502 pessoas.

Mas afinal, quem são e quantos são estes produtores familiares que trabalham no extrativismo e especificamente no jaborandi? Como o FIBGE não realiza essa contagem não se pode afirmar com segurança o universo dessa categoria, no entanto, se sabe que são constituídos por pequenos produtores familiares, a exemplo dos pequenos proprietários (com menos de 50 hectares), ocupantes, arrendatários e parceiros, (foreiro). São estes produtores familiares- em particular as mulheres que trabalham no extrativismo do jaborandi e também na produção de alimentos (arroz, mandioca, milho e feijão) aqui no Maranhão, Em outras palavras, o núcleo familiar tenta se articular em diferentes planos produtivos para garantir sua reprodução. Assim diferentes membros da família (homens, mulheres e crianças) se direcionam a diferentes atividades nos diferentes momentos do calendário agrícola. É claro que uma maior ou menor divisão do trabalho segundo as atividades econômicas: (pecuária, agricultura, extrativismo e pesca) dependerá da região onde esse núcleo familiar está inserido.

No caso do extrativismo do jaborandi ele é importante em poucas microrregiões (MR) e municípios do estado, principalmente os localizados no Nordeste e centro do Estado, mas o produto também aparece fora deste eixo (Oeste do Estado). Os principais municípios produtores são os seguintes: Morros, Santa Quitéria do Maranhão, Mata Roma, Santa Luzia, Grajau, Barra do Corda, São Benedito do Rio Preto, Nina Rodrigues, Anapurus.

A exploração do jaborandi, por exemplo, no leste maranhense Chapadinha, Lençóis, Alto Munin e Baixo Parnaíba ao contrário de outras áreas geográficas (centro-oeste) é uma atividade de longa data (1948), que já desempenhou um papel econômico importante em termos de produção, geração de renda e ocupação da mão-de-obra para a população daquelas regiões. Embora nos anos mais recentes 80/90 perca essa posição hegemônica que detinha especialmente na área comercial em decorrência de diferentes fatores internos e externos à área que acarretaram uma total desarticulação da produção extrativa.

III.1 - Fatores responsáveis pela desarticulação da atividade no Estado

O extrativismo do jaborandi no Maranhão executado pelos pequenos produtores familiares é uma atividade antiga, mas que nunca teve qualquer tipo de apoio, seja ele particular da parte de empresa beneficiária do produto, a exemplo da Merck e Vegeíex ou governamental, no sentido de adotar uma política de preservação ou de indicação de uma racionalidade na exploração do vegetal em seu habitat. Muito ao contrário o que se constatou é uma omissão/ausência ou uma

ação inocula e no sentido inverso de sua preservação⁶.

A manutenção da atividade na sua forma original está diretamente relacionada a diversos fatores. De um lado, no apoio sistemático aos grupos sociais, pequenos produtores familiares e povos indígenas envolvidos no processo, para que tenham / condições de permanecerem na atividade a médio e longo prazo e possam explorá-la corretamente. Por outro lado, na necessidade de adoção de uma política de preservação do habitat de tais produtos de forma a evitar a extinção do mesmo onde a planta se multiplicam. Ou seja, isso pressupõe a existência de floresta primárias em abundância e de conservação do cerrado que constitui a peça indispensável a sobrevivência e manutenção de qualquer atividade extrativa não predatória.

Entretanto o que se constata no plano efetivo das políticas públicas é a adoção de um conjunto de medidas que vão exatamente no sentido oposto ao desejado.

No início dos anos setenta a política agrícola do governo federal se direciona muito mais ao grande capital, no caso específico dessas áreas a pecuária de corte e a madeireira do que o apoio a pequena produção familiar. O resultado dessa política de crédito rural junto com as facilidades fiscais proporcionadas pela Sudene e Sudam. é um avanço significativo da pecuária sobre as áreas produtoras de alimentos e de extrativismo. Como não houve no período uma política que compensasse esse descaso frente a pequena produção camponesa, se assiste-se uma queda na produção de alimentos e do jaborandi e coco babaçu. Enquanto a área com pastagens e a produção de madeira crescia extraordinariamente em igual período.

A pecuária, de modo semelhante à exploração da madeira, é ainda executada no Maranhão de forma extensiva, requisitando extensas áreas para o seu desenvolvimento e se caracteriza pelo baixo rendimento (cabeça/área). A exploração de madeira é a atividade que antecede a pecuária e de forma semelhante a essa assume um caráter dos mais predatórios. Visa só a madeira de alto valor comercial e na maioria das vezes é conduzida de forma clandestina (porque é feita em áreas públicas e/ou indígenas) e/ou irracional sem compromisso algum com a preservação do meio ambiente e/ou com a reposição florestal que por leis deveriam fazê-lo. A resultante dessa forma de exploração que teve seu auge na década de 70, mais que continua intensa nas décadas seguintes, foi a destruição de imensas áreas de matas virgens que anteriormente eram objeto de uso por parte de diferentes segmentos sociais que sobreviviam da roça e do extrativismo destas áreas.

A década de oitenta se caracteriza por uma constante instabilidade

⁶ - Por exemplo, segundo produtores agroextrativistas consultados na MR de Chapadinha as empresas em determinado momento, da década de 60, através de seus propostos espalharam a notícia da compra até de galhos secos do produto. Isso leva os coletadores a cortarem literalmente as plantas, sem que posteriormente a empresa realize a compra.

econômica que se refletirá nos desempenhos das economias em que se alterna: recessão, com baixas taxas de crescimento, em decorrência de exigências do FMI para que se ajuste seu receituário recessivo impostos pela crise de dívida externas, principalmente das economias subdesenvolvidas. Neste sentido, a ordem é gerar excedentes exportável a qualquer custo, E o que o Brasil irá fazer a longo desta década. E neste contexto que se insere o Programa Grande Carajás (PGC) executado pelo Governo Federal nos estados do Pará e Maranhão. Com o PGC o governo irá atrair grandes empreendimentos e executar uma grande obra de infraestrutura (porto, ferrovia e hidroelétrica, entre outras).

Na década de 80 se instalaram no estado diversas usinas de ferro-gusa que demandaram um significativo volume de carvão vegetal que, num primeiro momento, será produzido com base em resíduo de madeira das centenas de serrarias existentes próximas às usinas, bem assim com restos de madeiras dos pecuaristas que expandem suas áreas de pastos, via queimadas, principalmente na região de Imperatriz (no sudoeste maranhense) e nos municípios de Açailândia e Santa Inês. Posteriormente, quando há sinais de esgotamento dessas fontes, opta-se pelas matas nativas em diferentes locais dentro e fora do Estado, sem qualquer controle da parte dos órgãos fiscalizadores. Essa ausência e/ou omissão fez com que as empresas ligadas a produção de carvão potencializasse seu efeito destruidor em diversas regiões do Estado. Nas microrregiões (MR's) do Baixo Parnaíba e Chapadinha, áreas tradicionais do jaborandi, se assiste por parte dessas empresas uma política de terra arrasada com ecossistemas inteiros (como o do cerrado) e a infraestrutura de estradas são rapidamente liquidados. Essa política também contribuiu para o mal desempenho da agricultura familiar e conseqüentemente do extrativismo, já que boa parte dos homens (inclusive crianças) são atraídos para a produção de carvão, contratados como peões por empreiteiros inescrupulosos que não oferecem a eles nenhuma garantia trabalhista (Ver Tabela 1). Com o esgotamento das matas que dão suporte à atividade carvoeira, principalmente no perímetro rural de melhor acesso à infraestrutura de escoamento, há um refluxo da atividade extrativista do jaborandi e uma imigração das empresas que atuam na área.

Ou seja - a ação governamental ou está direcionada num sentido de atrair o grande capital descompromissado com a comunidade local e amplamente desfavorável ao meio ambiente, na medida que não se preocupa com a resultante de sua ação no plano de conservação dos ecossistemas onde se instalam. Ou se omite e se ausenta no acompanhamento das ações de tais empreendimentos frente ao perfil econômico/social dos grupos sociais que subsistem naquela área. Se a este quadro for agregada uma quase ausência de políticas públicas para estes segmentos sociais, que sobrevivem da agricultura familiar e do extrativismo, é possível entender a razão da situação que hoje se encontra tais trabalhadores.

III.2 - Os problemas relativo a produção do Jaborandi no Maranhão

A produção do jaborandi no Estado está firmada na pequena produção familiar. Cabe a este grupo de produtores a responsabilidade de sua oferta. A organização do processo produtivo se faz de forma a adequar a célula familiar ao

calendário agrícola. De um lado, tem-se a roça, atividade principal da família que garantirá o essencial ao núcleo familiar (o arroz e a farinha para o ano inteiro). Esta terá a frente o trabalho do homem e dos filhos maiores de 14 anos. Paralelamente a roça o trabalho da mulher desempenhará um papel dos mais importantes para complementar a renda da família ao longo de todo o ano. Cabe a mulher as atividades complementares junto ao extrativismo do jaborandi e do coco babaçu que são executados ao longo do ano, havendo, para cada produto, um período da chamada safra. Para o jaborandi ocorre entre os meses de agosto e dezembro, enquanto o babaçu a faixa temporal é maior, de julho a fevereiro. Embora nessa atividade extrativista a mulher tenha papel preponderante, ela também assume outras tarefas no núcleo familiar: ajuda na roça (nos períodos de plantio e colheita) e toma conta da casa, ou seja, a mulher tem sobre si uma sobrecarga de trabalho que quase sempre não é vista.⁷

Apesar das dificuldades, a mulhere é a principal força de trabalho e responde pelo extrativismo do jaborandi, sendo acessória a participação do trabalho do homem na atividade, assim como também o é o trabalho feminino, inclusive crianças, na roça. Mesmo com o declínio absoluto (340.638) e relativo (-20%) do número de pessoas na agricultura, que se manifesta no último censo (1995/96) o trabalho feminino ainda representa 33% do total geral. No extrativismo somam 59.472 das quais 10.991 é infantil (menos de 14 anos). (IBGE, 1995, 279).

Tab 1 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DO JABORANDI NOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DO MARANHÃO DE 1980, 90, 95 e 96

Local	Quantidade de Jaborandi Toneladas/ano				
	1980	1990	1995	1996	
<u>Brasil</u>	2.367	2.084	1.374	2.] 56 723	
<u>Pará</u>	-	-	-	354 283	
<u>Piauí</u>	124	145	65	40 8	
<u>Outros</u>	23	-	30	1 1	
<u>Maranhão</u>	2.219	1.939	1.279	1.761 431	
<u>Municípios</u>					
Morros	160	187	182	188 101	
S. B do Rio Preto	249	41	133	96	
Presidente Vargas	8	24	15	22 22	
Nina Rodrigues	29	11	39	36 -	

⁷ O dia de trabalho da mulher inicia-se às 6 horas da manhã com o preparo do café e da comida a ser levada para roça pelas crianças (ao meio dia). Uma vez encerrada as tarefas matinais, ela se dirige junto com outras mulheres para a área de trabalho (capoeiras e matas secundárias) onde permanecerão colhendo folhas até a conclusão da tarefa por volta das 15/16 horas. Em seguida vão à bodega do proprietário da terra (no caso de arrendatários e parceiros) onde venderão a coleta do dia. Feitas as compras básicas (açúcar, fumo, querosene, feijão, etc) voltam às suas casas onde irão fazer o jantar e planejar o dia seguinte. A dura jornada de trabalho à qual é submetida a mulher, associada às péssimas condições de trabalho vigentes nas atividades extrativistas e à inexistência de assistência de saúde, a tornam alvo de diferentes tipos de doenças oportunistas que debilitam constantemente sua saúde. As mais comuns são as relativas à coluna e ao aparelho respiratório em decorrência da insalubridade da atividade de extração do produto.

Mata Roma	61	102	14	12 5
Anapurus	26	18	3	8 5
Brejo	68	37	7	8 7
Barra do Corda	536	241	249	112 104
Grajau(l)	210	96	165	186 153
Sta. Quitéria do Ma	6	46	18	15 15
Santa Luzia	680	600	132	107
Paulo Ramos	45	126	—	- _
Esperantinópolis	—	61	38	
Lago da Pedra	—	176	34	—

Fonte- Produção da extração vegetal de jaborandi. Os dados referentes aos anos de 1995 e 1999 (incluindo o município de Arame).

A tabela 1 mostra a evolução recente da produção do jaborandi ao longo dos últimos 20 anos. A produção do Maranhão decresce até os anos 90, quando entra no mercado a produção mecanizada da Merck em Barra do Corda e da participação de novas áreas. De qualquer forma, em termos relativos, o Maranhão perde posição para o Pará. Em 1990, o Maranhão representava 95% da oferta nacional (1.374t) e o Pará produzia apenas 3% da produção maranhense. Em 1996, o Maranhão detém apenas 65% da produção nacional (723t) e o Pará já produz 65% da produção do Maranhão. Duas regiões sobressaem: a Norte e o Centro do Estado. O universo de municípios também é restrito, está em torno de trinta. Entretanto, concretamente, sob o aspecto da importância para sua economia reduz-se para a casa dos dez. A substituição da produção extrativa pela produção racional e a descoberta de novas áreas no Pará, talvez sejam os elementos que explicam a perda de importância da atividade nas áreas antigas e tradicionais do jaborandi no Maranhão, a exemplo de: Morros, Brejo, Urbano Santos, Chapadinha. Mata Roma, Anapurus, Esperantinópolis, entre outros,

Também a questão relativa ao financiamento da compra antecipada da produção, fato muito comum até os anos oitenta, pela Vegetex/Merck é, segundo informações de comerciantes do produto, junto com o corte sistemático do jaborandi pelo coletador para retirada das folhas em casa, ao invés do mato, são os principais aspectos arrolados para o declínio da oferta nestas áreas antigas. Segundo eles, o sistema de aviamentos, antes proporcionado pelo capital industrial funcionava como fator de atração para aumentar o volume captado de jaborandi. O sistema de financiamento funcionava de forma análoga à borracha na Amazônia (SANTOS, 1968). O capital industrial repassa o dinheiro para o capital comercial hegemônico da área de produção extrativa. A partir daí é repassado aos diferentes tipos de intermediários até chegar ao elo final que é o produtor agroextrativista. O capital monetário disponibilizado pelo intermediário vai servir de capital de giro para o pequeno comerciante (quitandeiro), que através dos mecanismos seculares de endividamento e sujeição atrairá seus fornecedores de jaborandi e outros produtos, que por um conjunto de circunstâncias (acesso à terra, crédito bancário, assistência técnica, energia), que não cabe aqui discutir, não tem poder algum de

barganha frente a este comerciante.

Este processo nos diferentes elos funciona no sistema de entrada e saída-Ou seja, a cada crédito adiantado será zerado na etapa seguinte com a entrada do jaborandi no valor do crédito.

Por outro lado, percebe-se que o período de ascensão está relacionado, de um lado, com a concorrência que existia na indústria consumidora de matéria prima em Parnaíba/PI, com a Vegeíex, PVP. E em São Luís/MA com a Merck. E, de outro lado, com a expansão da lavoura de alimento conduzida pelo pequeno produtor familiar, e ainda pelo fraco, desempenho da pecuária de corte e madeireiras, duas das mais importantes atividades predadoras das **matas** virgens, habitat natural do jaborandi nativo, até então a única alternativa de suprimento de matéria-prima para essas indústrias citadas.

Quando a concorrência entre as firmas desaparecem ao final da década de 80 pela compra da última grande concorrente (Fitobras) pela Vegetex empresa subsidiária da alemã Merck sediada em São Luís/MA, a demanda por carvão vegetal se acentua, a pecuária de corte se consolida no estado, e a produção camponesa se estagna, percebe-se que a oferta do produto nativo passa a sofrer uma queda (-34%). Esse declínio de produção no final dos anos oitenta passa a ser compensado pela entrada da produção em grande escala nos anos noventa realizada em molde capitalista pela empresa no município de Barra do Corda/MA, na sua fazenda Chapada de 3000 hectares de extensão e pela crescente produção do Estado do Pará no início do anos 90 alcançando em 95 354 toneladas (Ver Tabela 1)

III- AS PLANTAÇÕES ORGANIZADAS PELA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO MARANHÃO

A mais importante empresa industrial voltada à exploração do jaborandi é a **Merck**. Desde a sua origem, está ligada à pesquisa e produção de matéria-prima e medicamentos a partir de produtos vegetais- A empresa produz, principalmente, pilocarpina e rutina a partir do jaborandi e da fava de anta, respectivamente. Ela se instalou no país na década de 1920 e no Maranhão na década de 1960 (1969). (Jornal O Estado do Maranhão, 21/10/1993, Caderno Política, p. 02). Na década de 1970 (1972) a mesma compra a sua principal concorrente (Vegetex) que era a responsável pela transformação das folhas do arbusto em alcalóides (pilocarpina) matéria-prima de alto valor no mercado internacional. Essa posição monopolista no mercado tem favorecido que a mesma fature milhões de dólares anualmente com este produto nativo (Veja, 05/07/1989, p. 72).

Se o controle do processamento da pilocarpina ainda se encontra nas mãos da **Merck**, a nível de oferta do jaborandi, o monopólio cabe ao Brasil e o Maranhão, dominava a oferta desta importante matéria-prima industrial. Essa produção do jaborandi, a partir dos anos 90, já não é mais realizada apenas por pequenos produtores mas também de forma mecanizada.

A produção do jaborandi sob a forma de *plantação* é um fato extremamente novo no cenário da agricultura maranhense, já que a mais de meio século toda a oferta desse planta era realizada por camponeses via o extrativismo em quase todo o Estado do Maranhão.

A entrada de uma grande empresa na área da produção em escala comercial do jaborandi ocorre efetivamente só no início dos anos 90. Muito antes disso, no entanto, a principal empresa industrial deste produto - Merck já fazia pesquisa de campo em diversas regiões do Estado (oeste e centro) e até São Luís/MA testando variedades que melhor adaptasse a seus objetivos, embora não divulgasse tal iniciativa e nem incentivasse procedimento semelhante. De qualquer forma segundo relatos de comerciantes em vários momentos essas -empresas que atuam no seíor, principalmente a Vegetex e Merck se interessavam também por sementes. Essa iniciativa permitiu que rapidamente a empresa detivesse isoladamente a tecnologia de reprodução mais apropriada para sua entrada no ramo da produção sem concorrência alguma, e com controle monopolista da comercialização do produto em função da saída forçada de seus concorrentes do mercado

Este controle sobre a espécie levou a empresa a adquirir ainda na década de 80 em Barra do Corda/MA, uma imensa área de 3.000 ha. para o plantio racional do jaborandi. Os primeiros resultados apareceram no início de noventa com contínua expansão da área cultivada, em 1999 já havia na fazenda cerca de 450 hectares de jaborandi em plena produção, com perspectiva de ampliação da área, em decorrência da insuficiência de oferta do produto para o atendimento de sua demanda geral da empresa. O cerne da questão da captura do setor extrativista pelo grande capital estaria na importância estratégica que o produto representa e na constante insuficiência de -matéria-prima em termos de quantidade e qualidade. Embora a Merck tivesse um controle, no primeiro momento, oligopolístico e posteriormente (meados de 80) monopolista da comercialização, não havia segurança alguma, sob o ângulo da produção de que o funcionamento da empresa estivesse garantido, sendo portanto indispensável e fundamental trocar uma estratégia que garantisse uma estabilidade mínima da indústria processadora. Obviamente a intervenção deveria ocorrer do lado da oferta, dado o constante declínio de produção que por sua vez estava articulado a um conjunto de fatores, queimadas das matas, cortes das plantas em vez da retirada apenas das folhas, que a indústria não tinha como intervir para reverter o quadro de insuficiência da oferta.

O mais importante de todos é a não preservação do habitat do plantio que ao longo dos tempos foi quase totalmente destruído pelas políticas públicas adotadas pelo Estado que privilegiou determinadas atividades pecuária de corte, extração de madeira em **torras** e produção de carvão vegetal com floresta nativa, em detrimento a outras que fosse

compatível com o extrativismo do jaborandi, por exemplo, o incentivo a pequena produção familiar, ou adoção de políticas públicas voltadas especialmente para essa população que tem no extrativismo uma fonte de renda importante, a exemplo do que foi executado para a borracha e castanha na Amazônia.

O avanço desmesurado do desmatamento em todas as regiões produtora do jaborandi, acompanhado de queimadas ainda maiores, para a implantação de pastos, e a produção de carvão são as motas que impulsionaram (e continua) este amplo processo de destruição do ecossistemas. Suas consequências estão (e

estarão) refletindo não só nessa realidade do extrativismo do jaborandi mais também numa gama complexa e imensuráveis de atividades e variáveis diversas.

Em tese por este quadro traçado, as considerações, do lado da oferta, seria pouco favorável, dados as condições vigentes, de ser alterado sem uma intervenção firme e de longo prazo do Estado junto aos agentes predadores, a própria indústria processadora e também a própria população envolvida na atividade do jaborandi que só trabalha no viés de curto prazo.

Este processo envolveria um tempo maior para se colher o resultado. No entanto, o capital industrial instalado ao dispor já de tecnologia, não se submeterá a tal risco, já que sua rentabilidade não pode correr risco desnecessário. Assim é que a Merck S.A rapidamente ocupará espaço cada vez maior significativo na área de produção, antes totalmente dominada pela produção camponesa local. Com isso a empresa resolve rapidamente seu problema operacional da queda da oferta, da qualidade do produto⁸ ", sem necessidade de integrar a produção com os camponeses. Claro que a produção extrativistas destes continua sendo uma peça importante para seu estoque e objeto ainda de preocupação já que parcela importante da oferta ainda provém de áreas nativas. Além de oferecer um produto de qualidade superior ao obtido na sua fazenda, o básico ela consegue produzir sem a incerteza da produção extrativista camponesa.

III.1 - O mercado e o processo produtivo do jaborandi

A produção iniciada em moldes capitalista no final dos anos oitenta pela Fazenda Chapada (Merck) será o marco do domínio da extração extrativa do jaborandi pelo capital. A produção é realizada em grande extensão, utilizando o trabalho assalariado (temporário e permanente) usando modernas tecnologias agronômicas em seu processo produtivo. A área atual ocupada com o jaborandi é de 450 hectares onde há 16 milhões de pés, o que dá 35.600 pés por hectares. Toda área é irrigada e dividida em células produtivas com a finalidade de agilizar a irrigação que é feita por aspersão via pivôs centrais⁹ , que distribuem água com fertilizantes às plantas de acordo com as necessidades reveladas pela pesquisa de campo da empresa.

Para conduzir a parte relativa a produção a empresa conta com pesquisadores e empregados assalariados (100) na sua maioria trabalhadores rurais expropriados que se encarregam de cuidar de todo o processo produtivo ao longo do ano. Há também um conjunto de máquinas e equipamentos do tipo trator, colhedeiras e secadores industriais indispensáveis num processo de produção sofisticado como é este da Merck na produção do Jaborandi.

Grosso modo o processo produtivo na empresa obedece uma lógica **divisão** de trabalho, onde as etapas principais são comandadas por equipamentos

⁸ **Evidencia recente desmente essa questão, segundo informações técnicas de pessoas da área. a qualidade do produto produzido é muito inferior ao da planta nativa**

⁹ ¹² **Cada unidade dessas tem uma vazão de 30 l/hora, essa água é retirada do Rio Mearim e armazenada em tanques centrais da fazenda**

mecanizados e outras arte sanai mente. Inicia-se o processo em estufas com produção de mudas onde selecionam-se as melhores plantas para o plantio na área definitiva, que já se encontram devidamente preparada¹³ para receber as mudas. Com exceção do controle de pragas que se faz com aves (emas e capotes), e dos hematóides que se faz com bactéria, todas as outras fases de processo produtivo do jaborandí é executada de forma mecanizada. O objetivo destes procedimentos é um só: a produtividade e a qualidade do produto. No caso, específico do controle de praga e hematóides, é evitar o uso de agrotóxicos que contaminaria e comprometeria o produto final em função dos resíduos que poderia eventualmente permanecer nas folhas. Assim, a estratégia pretendida pela empresa é tentar obter um produto parecido com o nativo, livre de qualquer tipo de agrotóxico que possa comprometer o produto final

Entre o plantio (manual) e a colheita do produto (mecanizado) são necessários 4 anos. A partir daí realiza-se colheita a cada 6 (seis) meses com intervalo de dois meses. A colheita começa no período seco - julho à dezembro. O objetivo deste procedimento é permitir a recuperação do plantio no período de chuvas (Janeiro a Junho). uma vez procedida a colheita as folhas são levadas a secadores industriais para a retirada da umidade, cada hectare rende em média uma tonelada de folha seca. A capacidade mensal da empresa é de 80 toneladas. No ano de 1999, a Fazenda Chapada produziu cerca de 450 toneladas de folhas, superior à produção de todo o Estado do Maranhão em 1996 (431 toneladas). Concluída essa etapa às folhas são prensadas em fardos de 200 kg e expedidos para a empresa processadora Vegetex em Parnaíba/PI, onde sofrerá a primeira intervenção industrial de extração da droga pilocarpina. A maior parte desse produto é absorvido pelo mercado internacional.

III.2 - A consolidação do monopólio pela Merck

Antes da penetração capitalista no campo da produção do jaborandi pela Merck o quadro da oferta era muito diferente do atual. Toda oferta originava-se na produção camponesa inclusive em áreas indígenas, espalhada em significativas áreas de coletas.

Durante este período, a Merck não se encontrava sozinha no mercado. Havia outras empresas atuando no mercado do jaborandi; a principal era a Vegetex sediada em Parnaíba/PI e a Fítobras, sediada em Anápolis/GO, além de outras menores como a PVP, Marc Jacob, também de Parnaíba e de pequenas empresas de cosméticos que compravam (compra) na área. Enquanto os níveis da produção extraísta se manteve alto, houve uma certa acomodação na concorrência deste mercado. Mas em meados da década de oitenta a Merck intensifica a luta pelo mercado do produto via uma guerra de preços,

Nesta fase a empresa usa adubo orgânico resultante do processamento da fava d'anta proveniente de São Luis/MA. onde a Merck tem uma unidade Industrial-com as empresas que lhe faz concorrência, levando rapidamente a substituição deste cenário de concorrência comercial pelo monopólio absoluto. Muito antes disso, a Merck no Maranhão já tinha adquirido a principal empresa concorrente do Piauí a Vegetex, para onde transfere o processo industrial antes realizado fora do

estado. Em São Luís a indústria passou a industrializar outra planta medicinal fava d'anta. Dessa forma a Merck consegue absorver toda estrutura de captação do produto montado pela Vegeíex ao longo de décadas, principalmente no Nordeste maranhense: MR do Baixo Parnaíba, Chapadinha e Alto Munin local de maior atuação da empresa de Parnaíba. Posteriormente no final de oitenta é a vez da exclusão da Fitobras que atuava principalmente na região da Pré-Amazônia (Oeste e Centro do Maranhão e Regiões do Pará), constituídas de reservas indígenas e de fi-ente de expansão camponesas inseridas recentemente na produção de jaborandi. A Merck através de uma guerra de preço e de uma política agressiva junto aos fornecedores no plano da oferta, acaba forçando a concorrente (Fitobras) num curto espaço de tempo a vender suas instalações e se retirar do mercado. Uma vez concretizado a compra, a Merck toma-se absoluta no mercado. O monopólio da compra da matéria-prima e da venda do subproduto, Industrializado, estava implantado definitivamente. Algumas ações que a Fitobras ensaiavam, no final de 80, com fornecedores no sentido de dá um novo caminho a exploração do jaborandi é totalmente arquivado pela nova e exclusiva detentora do mercado. Por exemplo, a empresa Fiíobras ao entrar na disputa pelo mercado passa a divulgar as finalidades da planta e o que dela se extrai e para que serve. Tenta também incentivar o plantio em capoeira (área de antiga roça) com forma de aumentar a oferta da matéria-prima, levando-os a um processo de maior integração com a empresa. A Fitobras também pensava em trazer laboratório portáteis (montados em caminhões) para a área, onde seria extraído o subprojeto do jaborandi (pilocarpina) e enviá-lo à Anápolis, já processado, todos esses projetos e suas intenções acabam sendo arquivadas com o monopólio que se sucede com sua compra pela empresa alemã Merck.

IV-CONCLUSÃO

Pelo quadro acima apresentado da atividade extrativa da folha do Jaborandi por camponeses pode-se perceber que o avanço consolidado pela indústria farmacêutica (1990) no domínio da produção do jaborandi em grande escala na sua fazenda mecanizada de Barra do Corda/MA, não conseguiu acabar com a produção extrativa do produto executado ainda de forma rudimentar por trabalhadores agroextrativistas (principalmente mulheres) espalhados em áreas do Estado do Maranhão e do Pará.

A produção extrativa camponesa continua desempenhando um papel dos mais importantes no abastecimento dessa matéria-prima, não só para a principal empresa monopolista (Vegetex) de produto, mais também para pequenas empresas de cosméticos do eixo Rio/São Paulo que passam a disputar a matéria-prima no período da safra. Apesar da diminuição do número de trabalhadores e da desarticulação da produção na maior parte de áreas do Estado.

A permanência da produção camponesa se impõe fi-ente a produção mecanizada, em função da indústria farmacêutica ainda não produzir toda a matéria-prima que necessita, e também pela qualidade superior do produto das áreas nativas que se sobrepõe aquele originário da *p/arifaíion* do Merck em Barra do Corda/MA, onde é produzido com tecnologia agronômicas sofisticada. Em São Féiix

do Xingu/PA, o jaborandi tem uma qualidade excepcional AÃ¹⁴, enquanto o do *Pianiation* se encontra abaixo de D. Por outro lado, a principal empresa da área do jaborandi (Merck), detém o controle absoluto da comercialização da matéria-prima de forma que a mesma pode sem dificuldades, manipular o mercado do produto de acordo com suas conveniências (de escassez ou de excesso de matéria-prima).

Portanto, torna-se fácil para a empresa no período de safra do jaborandi, controlar o fluxo de comercialização e conseqüentemente os concorrentes. Nesta conjuntura adequar o estoque em termos de quantidade e qualidade é a tarefa principal da empresa, que é facilitada pelo controle que a mesma detém da circulação do produto-

De qualquer forma o caráter predatório e itinerante (hoje o Pará já representa 39%) da atividade extrativista do produto do jaborandi continua análogo em tudo ao que era no início de sua exploração em larga escala comercial nos anos 50. Não há uma política de Estado e nem as indústrias demandadoras dessa matéria-prima se mostra interessada em realizar junto a população agro extrativista no sentido de evitar sua extinção no ecossistemas ainda existentes. A principal empresa agro industrial do grupo Merck (a Fazenda Chapada) há muito já domesticou o processo de reprodução da planta, porém não repassa à sociedade os conhecimentos obtidos, de forma que o segmento envolvido, os camponeses, são excluídos dessa tecnologia e assim continuarão a arrancar e cortar os arbusto do jaborandi para completar a produção insuficiente da empresa detentora única da tecnologia de reprodução e extração de drogas farmacêuticas.

O estado por sua vez nunca se interessou em legislar sobre essa questão de maneira a criar mecanismos de proteção para essa atividade ou outras assemelhadas. Ao contrário em alguns casos coube ao mesmo acelerar o processo de desarticulação e destruição do setor já que oferecia vantagens que iam de encontro a preservação do habitat de tais produtos. Além disso não gerou competência técnica que pudesse auxiliar em estratégias que favorecessem o setor agroextrativista do estado.

Por outro lado, os produtores agroextrativista, que se caracterizam no estado pêlos seu aspecto atomizado e muito pouco organizado para a representação de seus interesses, também não houve nenhuma atitude no sentido de preservar essa fonte de renda. Ao contrário na maioria das vezes foram usados como instrumentos do setor industrial, via os intermediários para satisfazerem suas demandas sem questionarem a forma de atingir seus objetivos. Aliado a isso, há a questão da inexistência de uma política pública para estes camponeses que torna mais dramática sua situação.

BIBLIOGRAFIA.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A guerra dos mapas*. Carajás/Belém, Farangola, 1994.

ANDRADE, Maristela de Paula, et. ai. *Carajás, desenvolvimento ou destruição: relatório de pesquisa*, CPT, São Luís, 1995.

FURTADO, Celso, *Formação econômica do Brasil*, 9 ed. São Paulo, Editora Nacional, 1969.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. A Crise da Economia do Babaçu no Maranhão (1920-1980). **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 2, n.2, p. 61-76 Ju/dez. 1996.

O Estado do Maranhão, São Luís, 21 out 1993, Caderno Política, p. 02.

SANTOS, Roberto **O Equilíbrio da firma e a significação económica institucional do aviamento**. Pará Desenvolvimento, IDESP, Belém, n. 6, 1968.

Sinais de Vida e Morte no Planeta Verde. **Revista Veja**, São Paulo, n. 28, p. 60-76, 5 de ju 1989.